

Distribuição de renda, inclusão financeira e
regime de metas para a inflação: compatibilidade
ou conflito? Evidências para o caso brasileiro
(2006-2016)

Gabriel Petrini da Silveira RA 155468

Instituto de Economia - UNICAMP

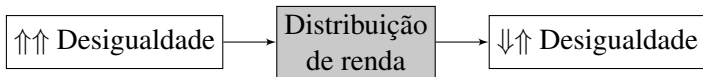
2018

O período a ser analisado pode ser caracterizado como **crescimento econômico com inclusão social**:

- Crescimento com inflação (relativa) baixa
- *Boom de commodities*
- Crescimento da demanda externa
- Política de salário mínimo e crescimento do emprego
- Melhora (relativa) da desigualdade social
- *Boom de crédito*

OBS: Rolim (2017, rascunho) não foi incluído na bibliografia

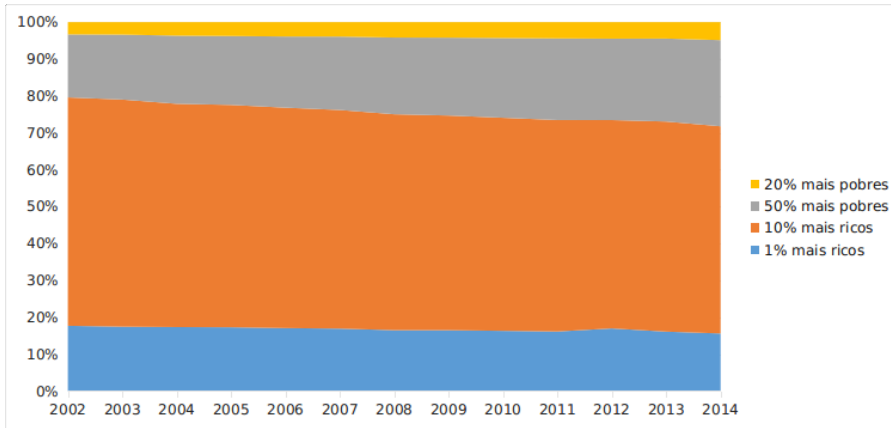
Figura: Desigualdade e distribuição de renda



A ideia da Figura 1 é mostrar que a distribuição de renda foi o meio de redução da desigualdade

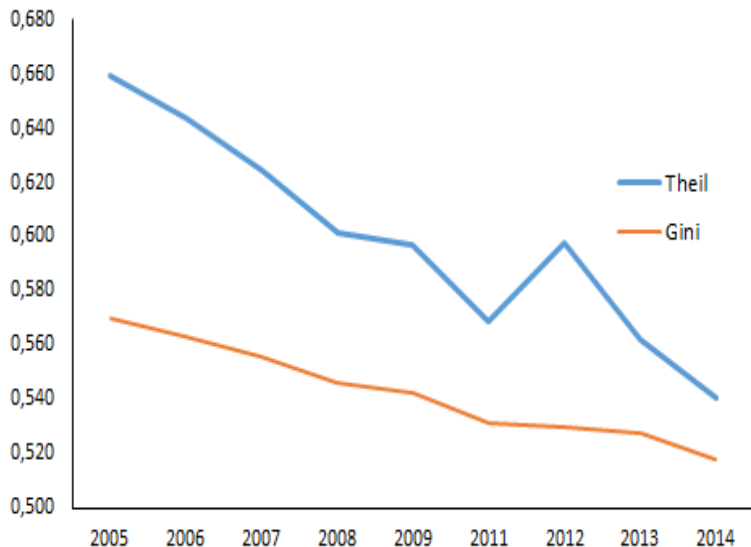
Distribuição de renda

Participação na renda domiciliar (percentis selecionados)



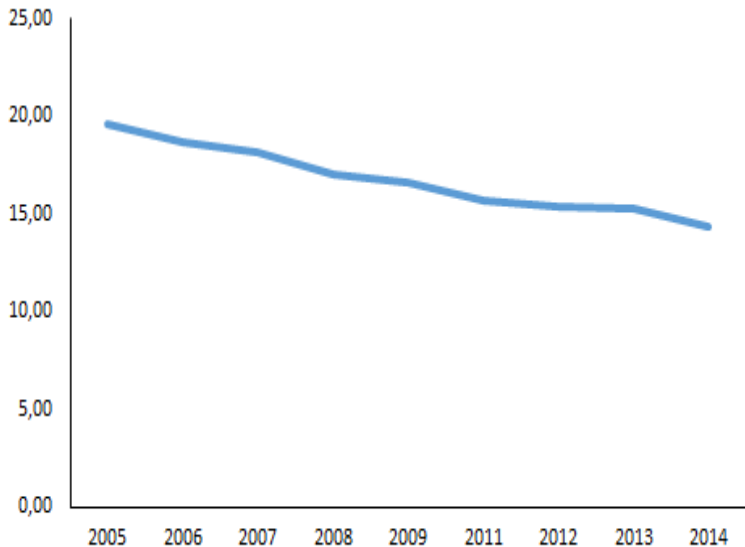
Desigualdade

Índice de Theil e Gini



Um breve retrato do período

Razão entre a renda dos 10% mais ricos e a renda dos 40% mais pobres



Determinantes da redistribuição de renda (2006-2016)

Analisando agora os mecanismos de distribuição da renda em favor dos salários. Os principais instrumentos foram:

- Aumentos reais do salários mínimo
- Políticas de transferência de renda
- **Inclusão financeira**

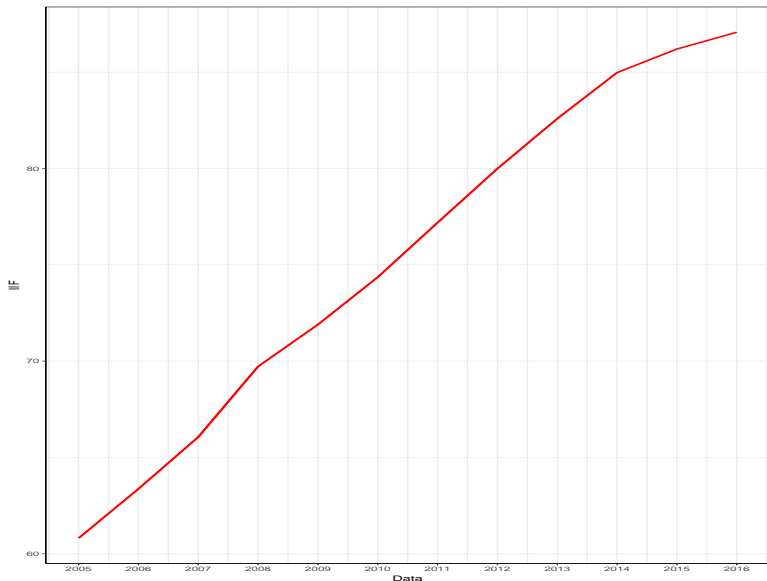
Hipótese

Tais medidas ficaram restritas à esfera da conjuntura, ou seja, não implicaram em uma mudança **estrutural**

Na literatura, a inclusão financeira é vista como aumento da relação bancária entre os adultos. Desse conceito desdobram alguns temas correlatos:

- Aprimoramento institucional
- Microcrédito e cooperativas de crédito
- Desburocratização

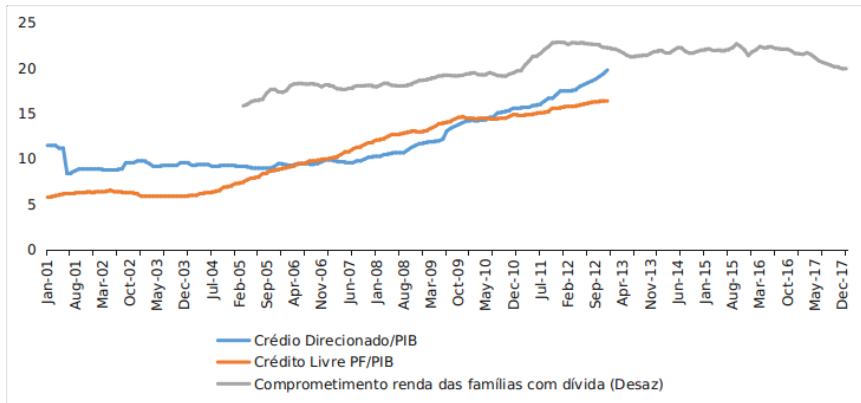
Percentual de adultos com relacionamento bancário



No entanto, a inclusão financeira não será aqui compreendida como um mero aprimoramento institucional. Neste caso, será tratada como uma política deliberada de ampliação do sistema bancário na dinâmica econômica via expansão do crédito em extratos específicos da renda. Nesses termos, não é entendida como uma bancarização, mas sim como uma **desmarginalização creditícia**.

Inclusão financeira

Expansão do crédito



Antes de prosseguir, é preciso evidenciar alguns pontos. Foram destacados dois elementos:

- Distribuição de renda (Estrutural)
- Inclusão financeira (Conjuntural)

A interpretação desse episódio requer a análise de outra esfera: **Institucional**. Por ser de fundamental importância para a operacionalidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN), o ambiente institucional a ser analisado é o Regime de Metas para a inflação.

NCM e o Regime de metas para a inflação

Neste arcabouço:

Principal instrumento Taxa de juros de curto prazo

Aparato institucional Regime de Metas para a Inflação

Objetivo Estabilização da inflação

Figura: Canal de transmissão

$$\Delta i \Rightarrow \Delta r \Rightarrow \Delta C \& \Delta I \Rightarrow \Delta AD \Rightarrow \Delta Y \& \Delta UN \Rightarrow \Delta (y - \bar{y}) \Rightarrow \Delta \pi$$

Fonte: Fontana (2009, p. 10)

Fontana (2009) destaca alguns problemas do Regime de metas:

- Viés de desemprego
- Efeitos distributivos
- Efeitos de instabilidade financeira

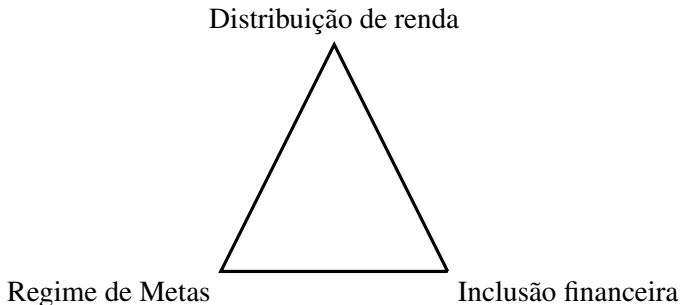
Os efeitos distributivos, por suas vez, decorrem de dois impactos da taxa de juros. O primeiro deles é o repasse dos custos financeiros para os preços. Isso ocorre porque, do ponto de vista das firmas, os juros são uma fonte de custo. Assim, sob uma estrutura de mercado oligopolizada, estes custos recairão sob os consumidores. O segundo impacto diz respeito à riqueza financeira. Isso decorre do fato que os juros são parâmetros de valorização da riqueza privada, favorecendo o setor rentista em detrimento do setor produtivo. (SILVEIRA, 2017, p. 23)

Regima de Metas e Distribuição de renda

Tanto o favorecimento do setor rentista quanto os efeitos negativos sobre a distribuição de renda são temas constantemente relatados na literatura. O que diferencia esta investigação das demais é a caracterização desses efeitos em uma estrutura societária muito desigual em que houve uma crescente participação do sistema bancário na dinâmica do consumo. Tendo em vista tais mudanças é que se pretende avaliar se houve ou não um conflito neste arranjo político-institucional-estrutural.

Compatibilidade ou conflito?

Trindade distributiva impossível?



A principal hipótese levantada desse estudo é que este **arranjo** gerou uma relação conflituosa entre os objetivos de política econômica, os instrumentos utilizados e o ambiente institucional. No entanto, essa conclusão não implica em impossibilidade de distribuição de renda a favor dos salários, mas sim de que tal objetivo deve ser perseguido de outra maneira:

- Reformulação do regime de metas para se adequar à especificidade do Brasil: elevada desigualdade
- Distribuição de renda ser feita à partir de mudanças na estrutura, dificultando sua reversão e diminuindo a endogeneização de seus limites

- Índice de Theil-L
- Percentis
 - 10% em relação aos 40
 - 50%, 40%, 10% e 1%
- Base de dados WID
- World Bank (Comparação internacional)

- Índice de inclusão financeira global (IFI - *Global Index*)
- Séries temporais do BCB
 - Adultos com relacionamento bancário por região, faixa etária
 - Clientes detentores de contas por faixa de depósito de poupança
 - Saldo de consórcio
 - SCFIs
 - Crédito livre e direcionado à Pessoa Física
 - Comprometimento da renda das famílias com dívida
- Outras séries relacionadas

O material consultado será dividido em três categorias para cada um dos itens a serem analisados:

- Literatura teórica
- Análise comparativa internacional
- Debate para o caso brasileiro

Estas categorias bibliográficas tem como objetivo orientar e contextualizar o tema proposto assim como anteceder a análise dos dados especificados anteriormente

Esta apresentação tentou explicitar o caminho a ser traçado por esta pesquisa sem, no entanto, utilizar uma metodologia própria e única. A princípio, estuda-se a possibilidade de utilizar a metodologia *Agent Based*.

Vantagem É uma metodologia que se ajusta bem em situações em que a heterogeneidade dos agentes econômicos importa além de ser uma contribuição para esta fronteira de pesquisa

Desvantagem Além da dificuldade operacional de se construir tal modelo, há a desvantagem de ser uma abordagem ainda em construção e muitos instrumentos necessários podem ser mais difíceis de serem utilizados

O presente estudo tem limitações evidentes que, apesar de não invalidarem os argumentos apresentados, devem ser analisadas e tentarão ser contornadas ao longo da pesquisa:

- Abordagem fica muito restrita à política econômica e pouco diz sobre a economia política

Resposta: Tais fatores serão evidenciados em um capítulo a parte (Introdução e/ou conclusão)

- Regime de Metas não é o único (e talvez mais importante) elemento institucional

Resposta: A presente abordagem não nega a importância das demais, apenas evidencia a incompatibilidade gerada pelo arranjo

Possíveis críticas e respostas (continuação)

- Distribuição funcional da renda em favor dos salários requer aumento na produtividade

Resposta: Tal hipótese precisa ser analisada, mas foge do escopo deste trabalho

- E o setor externo e a GFC?

Resposta: Tais perturbações serão analisadas, mesmo que com menor detalhe, na medida que os dados forem apresentados



Referências bibliográficas I

Em construção



FONTANA, Guisepe. Whither New Consensus Macroeconomics? The Role of Government and Fiscal Policy in Modern Macroeconomics. 2009.



SILVEIRA, Gabriel Petrini da. **Política Fiscal e(m) Grande Recessão: uma análise com Consistência entre Fluxos e Estoques.** 2017. Diss. (Mestrado) – IE-Unicamp.